

# Práticas pedagógicas críticas no Ensino Superior: Educação Emancipadora em curso de Bacharelado de Ciências Contábeis

*Critical Pedagogy Practices in Higher Education: Emancipatory  
Education in an Bachelor's degree in Accounting Sciences*

Márcia Mineiro<sup>1</sup>

Cristina d'Ávila<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo resulta de pesquisa bibliográfica e reflexão sistemática sobre uma prática pedagógica no Ensino Superior de apresentação da Educação Emancipadora a futuros bacharéis de Ciências Contábeis que atuarão como professores. Teve como objetivos: levantar compreensões conceituais sobre a Educação Emancipadora; e identificar entendimentos da importância e possíveis efeitos da Educação Emancipadora na formação docente inicial de prováveis bacharéis-professores. Com cunho exploratório, pautou-se na abordagem metodológica qualitativa, pelo paradigma interacionista. Procedimentalmente, além da análise sobre dados conceituais provindos da pesquisa bibliográfica, apresenta relatos produzidos pelos estudantes em mural digital e compreendidos pela análise de conteúdo com duas categorias *a priori*. Concluiu-se que, embora tenha sido elementar, a prática permitiu desequilíbrios, desafios cognitivos e reflexões críticas aventando potencialidades da Educação Emancipadora em curso de bacharelado.

**Palavras-chave:** Educação Emancipadora. Prática pedagógica. Ensino Superior.

**Abstract:** This article results from a literature review and a systematic reflection about a teaching practice in Higher Education that presents emancipatory education to future graduates in Accounting Sciences who may be teachers. It aims to collect conceptual comprehensions on emancipatory education and to identify understandings of the importance and possible effects of emancipatory education in the pre-service education for bachelors-teachers. This article is exploratory and based on the qualitative methodological approach and the interactionist paradigm. Procedurally, besides the conceptual data analysis resulting from the literature review, it presents reports produced by the students and posted on a virtual bulletin board and comprehended by means of an analysis of content with two pre-established categories. It was concluded that, although it has been elementary, the practice allowed for imbalance, cognitive challenges, and critical reflections arousing emancipatory education potentialities in a bachelor's degree program.

**Keywords:** Emancipatory education. Teaching practice. Higher education.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia e Bacharela em Ciências Contábeis pela UESB, Mestra em Contabilidade pela FVC, Doutora em Educação pela UFBA. Professora Adjunta na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Pesquisadora dos Grupos: Pesquisa em Educação, didática e ludicidade (GEPEL) e Educação Contábil na Contemporaneidade (GPEC). E-mail: periciaccontroladoria@yahoo.com.br. ORCID <http://orcid.org/0000-0003-4760-5544>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em pedagogia, mestra e doutora em educação, com estágio de pós-doutorado pela Universidade Sorbonne Paris 5 na área de ciências humanas, educação. Professora titular de didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Grupo Educação, didática e ludicidade (GEPEL) da UFBA. E-mail: cristdavila@gmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0001-5946-9178>

## Introdução

*O que mais dói na miséria é a ignorância que ela tem de si mesma. Confrontados com a ausência de tudo, os homens abstêm-se do sonho, desarmando-se do desejo de serem outros. Existe no nada essa ilusão de plenitude que faz parar a vida e anoitecer as vozes (Mia Couto).*

Ignorar a própria miséria, ignorar a manipulação a qual se está sujeito, ignorar mecanismos de controle e opressão... ignorar até que se está sendo oprimido, ignorar as correntes que aprisionam – defender, por ignorância, a mão que lhe chicoteia – viver na mais absoluta miséria de conhecimentos críticos sobre a realidade imposta... Tudo isso faz muitos sonharem somente ilusões ou, talvez, se absterem de sonhar. Os imersos nesse vazio miserável de ignorar a própria condição de subserviência invisível e desvalorizada vivem uma ilusão de plenitude, de pertencer a um mundo que não existe. Sua voz não existe! É mera ilusão. Foi calada no meio de tantas vozes ignorantes, que sequer ignoram que não falam.

Nesse anoitecer de vozes não há sementes para plantar... ou será que há?! Como “esperançar” nesse anoitecer, nessa escuridão? O que de concreto se pode fazer para amanhecer as vozes? Que práticas se pode empreender no Ensino Superior para plantar sementes de vozes que amanhecem à luz do sol? Como emancipar vozes manipuladas, caladas? Como colaborar diretamente com a formação de futuros docentes que não são formados para lecionar, chamados bacharéis na docência?

Cursos ditos “voltados para mercado de trabalho” são sabidamente imersos em uma lógica que se ancora no paradigma da Educação como mercadoria, da universidade como empresa, do aluno como cliente, do direito como serviço. Lógica em que o aluno é instruído a cumprir funções que assegurem a manutenção da sociedade tal qual ela está, sem interpor nenhuma resistência. Uma lógica individualizante que garanta “que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade” (HAN, 2018, p.44). Em outras palavras, esses são cursos em que a voz do neoliberalismo cala progressivamente toda e

quaisquer vozes críticas e contrárias a essa lógica excludente e de liberdade ilusória.

Nesse artigo, relata-se uma prática docente crítica empreendida junto a discentes de um curso com características mercadológicas muito arraigadas, com vistas a plantar sementes de liberdade real, dando fomento real e concreto à pedagogia que se constitui epistemologicamente em eixos reflexivos, que questiona seus próprios saberes e práticas, construindo alicerces para superações da realidade de ignorância e opressão vigente.

Como objetivo geral, este artigo se propôs a relatar analiticamente uma prática docente no Ensino Superior, cuja temática foi a Educação Emancipadora. E como objetivos específicos se alvitrou a levantar compreensões conceituais sobre a Educação Emancipadora; e a identificar entendimentos da importância e possíveis efeitos da Educação Emancipadora na formação docente inicial de prováveis bacharéis-professores.

Justifica-se a importância deste trabalho por compreender que servirá profissionalmente para inspirar professores que, assim como as autoras, questionem, avaliem e reavaliem suas práticas buscando melhorá-las em prol da melhoria coletiva. Academicamente, este trabalho aporta uma singela contribuição aos que pesquisam práticas emancipadoras na Educação Superior, demonstrando que procedimentos simples podem ter efeitos efetivos quando se fala em emancipação político-pedagógica. Pessoalmente o trabalho se constitui em forma de satisfação, por ser uma oportunidade de compartilhar boas práticas que muitas vezes ficam silentes na sala de aula e que poderiam ganhar mais destaque, resignificando outros “fazer”. Acredita-se, ainda, que na partilha se enriquece e fortalece a Educação, um direito constitucional, possibilitando a que ela alce patamares de mais qualidade para toda a sociedade.

Metodologicamente alicerçou-se na abordagem qualitativa pelo paradigma interacionista, para construir uma pesquisa exploratória. Procedimentalmente trata-se de um relato de prática docente apoiado por pesquisa bibliográfica e reflexão sistemática sobre uma prática pedagógica no Ensino Superior, junto a discentes do curso de Ciências Contábeis do turno noturno em uma Universidade Pública Brasileira. Os dados foram produzidos por mural digital e analisados à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) com duas categorias *a priori*.

O artigo, sob a forma de relato de caso, encontra-se estruturado em introdução, desenvolvimento teórico, procedimento metodológico, análise (dividida em duas categorias: Educação emancipatória – conceituação e Perspectiva na no Ensino Contábil), considerações finais e referências.

## *Desenvolvimento teórico*

### *- O ideário emancipatório na pedagogia progressista de Paulo Freire*

Paulo Reglus Neves Freire, pedagogo, educador e, também, Patrono da educação brasileira. Nasceu no Recife em 19 de setembro de 1921 e completaria 100 anos este ano de 2021. Sua formação primeira foi em Direito, pela Universidade de Recife, em 1943, mas Freire foi bem mais que um bacharel em Direito. Crítico contumaz da chamada pedagogia tradicional, a qual chamava de pedagogia bancária, fazendo alusão à metáfora do depósito bancário de informações, Freire pregava a liberdade e a libertação das mentes oprimidas. Sua pedagogia era libertadora e emancipadora.

O adjetivo “emancipatório” alude à ideia de tornar alguém livre. Um ideário perseguido desde sempre por Paulo Freire. Cremos que, no Brasil, a expressão foi usada e também reconhecida em outros países, como originalmente ligada às ideias pedagógicas de Freire. No seu livro seminal – *Pedagogia do Oprimido* publicado originalmente em 1970 – a expressão é reveladora do seu ideário.

No primeiro capítulo da *Pedagogia do Oprimido* (1987), Freire desfecha: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (1987, p. 29). Neste capítulo, ao explicitar a relação opressor-oprimidos na sociedade de classes, Paulo Freire deixa claro seu ideário e de que lado está. Ao explicar sobre a superação dessa relação de exploração, Freire desfere que a tarefa histórica dos oprimidos é a “libertar-se a si e aos opressores”, vez que os que exploram e oprimem não possuem “a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos” (FREIRE, 1987, p. 17).

A mediação didática nessa pedagogia pode ser conceituada como uma atividade crítica, cujo objetivo maior reside na transformação cotidiana e permanente do mundo sociocultural que circunda os sujeitos envolvidos no processo educativo. A atividade crítica de educar deriva de um método dialético

de investigação e inserção concreta na realidade social. Para Paulo Freire (1980), essa atividade crítica, essencialmente política, teria por finalidade a conscientização e, por consequência, a inserção das classes oprimidas no processo político do seu meio e do país. A educação, portanto, possibilitaria uma passagem indispensável para a humanização, favorecendo a reflexão dos educandos sobre si, seu tempo e seu papel na cultura. A educação seria um processo pelo qual se possibilitaria a passagem do estado de consciência ingênua a um estado de consciência de si.

O método psicossocial de alfabetização de adultos, na pedagogia freireana, almeja tornar possível o postulado da unidade conhecimento-práxis-conhecimento, desenvolvido em uma atividade concreta. A filosofia da alfabetização problematizadora objetiva mostrar, como indissolúvel, a unidade entre investigação e educação, o que geraria um produto não menos indissociável: alfabetização-conscientização.

Outro princípio estruturante no processo de mediação didática é o diálogo: “o diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo”. O diálogo, então, seria o encontro dos que se orientam para o mundo que é preciso transformar, não podendo existir sem profundo amor pelos homens e pelo mundo. “O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo. Este deve necessariamente unir sujeitos responsáveis e não pode existir numa relação de dominação” (FREIRE, 1980, p. 83). Em *Pedagogia da Autonomia* (2000), seu último livro, Freire enfatiza o diálogo pedagógico no processo de mediação didática, esclarecendo que ensinar exige disponibilidade para o diálogo:

Como professor não devo poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor minha posição em face de uma decisão governamental. Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o maior. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer (FREIRE, 2000, p. 152-153).

Não existe, pois, uma ação isolada por parte do educador. Os sujeitos do ato educativo convivem numa relação horizontal, na qual quem ensina aprende e quem aprende também ensina. A questão das relações pedagógicas na proposta

de Paulo Freire assume, assim, dimensões importantíssimas, as quais vale aqui ressaltar. Afirma ainda na *Pedagogia da Esperança*: “Enquanto relação democrática, o diálogo é a possibilidade de que disponho de, abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento” (FREIRE, 1999, p. 120).

A educação problematizadora deveria romper com os esquemas verticais característicos da educação bancária, o aspecto que só seria possível com a superação da contradição entre educador e educandos. Assim, não existiria educador do educando, nem educando do educador, mas educador-educando e educando-educador.

Em suma, a Pedagogia libertadora de Paulo Freire é, também, e simultaneamente, emancipadora, pois liberta, forma, conscientiza e engaja os discentes nas lutas sociais por justiça e equanimidade, acreditando, pois, na luta pela emancipação que se dá nas relações sociais mais desiguais e na tomada de consciência proporcionada pelo processo educativo:

O que não percebem os que executam a educação *bancária*, deliberadamente ou não (porque há um sem-número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o *bancarismo*) é que nos próprios *depósitos*, se encontram as contradições, apenas revestidas por uma exterioridade que as oculta. E que, cedo ou tarde, os próprios depósitos podem provocar um confronto com a realidade em devenir e despertar os educandos, até então passivos, contra sua domesticação (FREIRE, 1987, p. 70, grifo no original).

A concepção bancária de educação serviria, pois, à dominação, enquanto a problematizadora serviria à libertação. A primeira seria antidialógica e a problematizadora, buscando realizar a superação, afirmaria o dialogismo e far-se-ia dialógica.

A crítica contundente aos métodos tradicionalistas de transmissão-assimilação passiva de conteúdos e a ênfase que dava ao saber provindo da prática social dos educandos renderam-lhe críticas que recaíam sobre uma suposta ausência de conteúdos na sua Pedagogia; todavia, Paulo Freire jamais negou a importância do saber sistematizado na educação. Nos seus últimos livros, revê o espaço do conhecimento sistematizado e, mesmo, da mediação desse conhecimento, como se pode conferir no seu *Pedagogia da Esperança* (1999): “Não há, nunca houve, nem pode haver educação sem conteúdo, a não ser que os seres humanos se transformem de tal modo que os processos que hoje

conhecemos como processos de conhecer e de formar percam seu sentido atual” (p. 110).

Assim, conclui: “Não há educação sem ensino, sistemático ou não, de certo conteúdo. E ensinar é um verbo transitivo-relativo. Quem ensina, ensina alguma coisa – conteúdo – a alguém – aluno” (FREIRE, 1999, p. 110). Destarte, o trabalho dos conteúdos não pode ser negligente, posto que é preciso dar condições de conteúdo para que os oprimidos possam estar condições igualitárias que lhes permitam efetivamente romper com ciclos de opressão. Emancipar-se.

### - O objetivo da educação emancipadora na Pedagogia Histórico-Crítica

A pedagogia histórico-crítica surge no Brasil, em uma época de transição entre a descrença e a esperança dos anos 1980 em uma sociedade eminentemente democrática. É elaborada na esteira do movimento crítico marxista europeu, sobretudo francês, representado pela revolução cultural de 1968, que marcara profundamente uma época e retumbara em vários países, inclusive no Brasil.

Esse novo pensamento ficara conhecido, no Brasil, como movimento crítico-reprodutivista. Os teóricos, como, Bourdieu e Passeron (1970, *apud* D'ÁVILA, 2013), Baudelot e Establet (1971, *apud* D'ÁVILA, 2013) e, principalmente Louis Althusser (1971, *apud* D'ÁVILA, 2013), pretendiam provar a impossibilidade de transformação social mediante a revolução cultural, na qual se incluía a ação escolar. A teoria crítico-reprodutivista fora importante, pois, ao mesmo tempo e por força das contradições, produzira uma contra-ideologia que, no caso brasileiro, serviu de argumento às lutas contra a ditadura militar. Essa corrente teórica não objetivava a construção de uma pedagogia; contudo, concedeu elementos importantes à análise da sociedade e do papel social da educação.

Saviani (1985; 1991), no início dos anos 1980, engendrou sua teoria pedagógica na busca de modos de intervenção que pudesse se insurgir contra o modelo social instituído. Ao professor, como mediador político de uma pedagogia revolucionária, estava reservada a tarefa de munir os alunos de classes desfavorecidas, das mesmas armas que possuía a classe burguesa – o saber sistematizado – para, assim, fazer avançar as lutas sociais por transformações. Saviani (1991) explica o sentimento que o levou a conceber um ideário pedagógico:

Diante da insatisfação com essas análises crítico-reprodutivistas, foi se avolumando a exigência de uma análise do problema educacional que desse conta de seu caráter contraditório, resultando em orientações com influxo na prática pedagógica, alterando-a e possibilitando sua articulação com os interesses populares em transformar a sociedade (SAVIANI, 1991, p.74).

No livro seminal desta tendência, escrito por Saviani no início dos anos de 1980 - *Escola e democracia* - lê-se que o propósito do autor era o de buscar uma síntese superadora entre as tendências tradicional (que tinha no professor o detentor e transmissor exclusivo de um saber abstrato) e a escolanovista (que, segundo o mesmo, colocava, sobre o aluno, as responsabilidades do processo ensino-aprendizagem, desde as escolhas dos conteúdos e programas até a sua mediação na sala de aula).

Saviani (1991) propunha uma pedagogia, na qual o aluno pudesse ser respeitado como sujeito, mas que não fosse ele o principal artífice do processo ensino-aprendizagem. Colocava-se em defesa de uma relação democrática entre os sujeitos do ato educativo (professor e alunos), mas não destituía o professor de seu papel como mediador de conteúdos críticos. Denominada de pedagogia histórico-crítica, essa corrente pretendia compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana.

O objetivo maior dessa pedagogia está na transmissão/assimilação do saber socialmente produzido. É aí que se insere a ideia de mediação; uma mediação de natureza político-social, pois que se pretendia, através da ação educativa (uma atividade mediadora) prover as classes desfavorecidas de um saber e de uma consciência política capaz de levá-las à compreensão do seu meio social para nele poder intervir. Afirmou Saviani (1991) a respeito da tarefa que caberia à pedagogia histórico-crítica:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação;
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas



apreendam o processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 1991, p. 17).

Assim, a mediação propriamente didática, que incide sobre o processo de aprendizagem, revela-se como uma ação política, considerando-se a prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa.

A transformação das estruturas sociais é o objetivo último da pedagogia histórico-crítica. O princípio básico se sustenta sobre a ideia de construção do saber, chamado pelos autores histórico-críticos, de universal, o saber sistematizado, como direito de todos os cidadãos.

A educação escolar, enquanto atividade mediadora no seio da prática social mais ampla, não deixaria de propiciar uma passagem na vida do indivíduo, que deveria assimilar, criticamente, o saber sistematizado e atuar no seio meio social, em prol das transformações das estruturas. A prática educativa realizada intencionalmente é, então, vista como uma modalidade da prática social e, como atividade mediadora, tem possibilidades de influir sobre a prática social e contribuir positivamente no rumo das proclamadas mudanças sociais.

Dentro do próprio espaço da sala de aula, os teóricos histórico-críticos já acreditam ser possível engendrar transformações. “Essas transformações, embora específicas da prática educativa (escolar), constituem-se partes importantes de transformações que se dão nas demais modalidades da prática social global” (SAVIANI, 1991, p. 99).

Essa citação resume bem o que pretendemos afirmar com o conceito de educação emancipadora, ou, emancipatória. Trata-se de munir os discentes provindos de classes sociais populares e sem acesso ao ensino de qualidade, de um saber humanístico, de caráter universalizante, dotando-os de compreensão crítica e engajamento social.

### *Procedimento metodológico*

Este artigo está constituído metodologicamente pelo procedimento de um relato de caso (GAYA; GAYA, 2018) que busca dar objetivação e cientificidade às práticas realizadas por profissionais nas mais diversas áreas. Esse trabalho ora apresentado é oriundo da prática docente no Ensino Superior – uma verdadeira práxis docente, que parte da prática, se analisa enquanto tal e retorna como subsídio, não só de melhoria própria, mas também de fomento à melhoria

coletiva, bem como apoiou-se por pesquisa bibliográfica e reflexão sistemática sobre a prática pedagógica.

Epistemologicamente ampara-se na abordagem qualitativa pelo paradigma interacionista (GUBA; LINCOLN, 2006) e dialógico (FREIRE, 2004). Do ponto de vista dos objetivos, tratou-se de uma pesquisa exploratória. Para a produção de dados, serviu-se de postagens em um mural eletrônico, as quais, às feições de respostas a um questionário tradicional, foram analisadas à luz da análise de conteúdo, com duas categorias: Educação emancipatória – conceituação e Perspectiva na no Ensino Contábil.

O caso relatado teve lugar em uma turma do curso de Ciências Contábeis em uma universidade pública brasileira, com aulas em modalidade remota. Trata-se do componente curricular optativo “Tópicos Contemporâneos em Contabilidade - Ênfase em ensino”. Nele são discutidos aspectos pedagógicos e didáticos da Contabilidade, no intuito de fomentar rudimentos de formação docente para os alunos do Ensino Superior que futuramente projetem ser professores. Provavelmente eles serão os futuros docentes do curso... as sementes precisam ser plantadas... Talvez esse componente curricular será a única oportunidade de “formação docente” que eles venham a ter antes de ingressar na carreira docente.

Este foi, segundo Stake (1998) um caso do tipo intrínseco, pois é uma realidade especial, cuja ocorrência é escassa – trata-se da primeira vez que esse componente foi ministrado sob esse enfoque (Ensino de Contabilidade); destarte dele pode-se aprender especificidades que permitam melhorias para semestres vindouros.

São onze discentes regularmente matriculados em modalidade de Ensino Remoto. É um curso noturno com dez períodos e os alunos são oriundos de vários semestres (a partir do oitavo). Ou seja, são discentes, cuja trajetória acadêmica já é consolidada, possuem vivência em variados componentes curriculares; em sua totalidade, trabalham em tempo integral no turno oposto; 73% são do sexo masculino, possuem em média 27 anos de idade. Apenas seis discentes realizaram a atividade.

Eles foram esclarecidos eticamente do fato de que a atividade realizada se converteria em um relato de caso publicizado em artigo científico. Então, livre e esclarecidamente – por meio de formulário digital, seu e-mail e senha institucional<sup>i</sup> – autorizaram que suas postagens fossem trazidas à baila para

análise neste trabalho. Contam com o anonimato garantido: suas postagens se copiadas e trazidas a esse trabalho têm seus nomes borrados e/ou substituídos por: Aluno 1, Aluno 2, etc.

### *Análise de dados*

Um dos problemas relatados em pesquisas (D'ÁVILA, 2007; MINEIRO, 2021, VOLPATO, 2010) é o fato de que *Bacharéis na docência*<sup>ii</sup> encontram dificuldades de várias naturezas, entre elas: de carência formativa, posto que fazem um bacharelado<sup>iii</sup> e não uma licenciatura<sup>iv</sup>, não tendo, portanto, qualquer proximidade com assuntos relativos à educação. Assim, quando chegam a trabalhar lecionando, para além da necessidade de construir uma identidade docente (PIMENTA; ANASTASIOU, 2010), o professor novato precisa construir saberes didáticos e pedagógicos (TARDIF, 2010; GAUTHIER, 2013; D'ÁVILA; SONNEVILLE, 2008). Isso sem mencionar os desejáveis saberes sensíveis (D'ÁVILA, 2016)

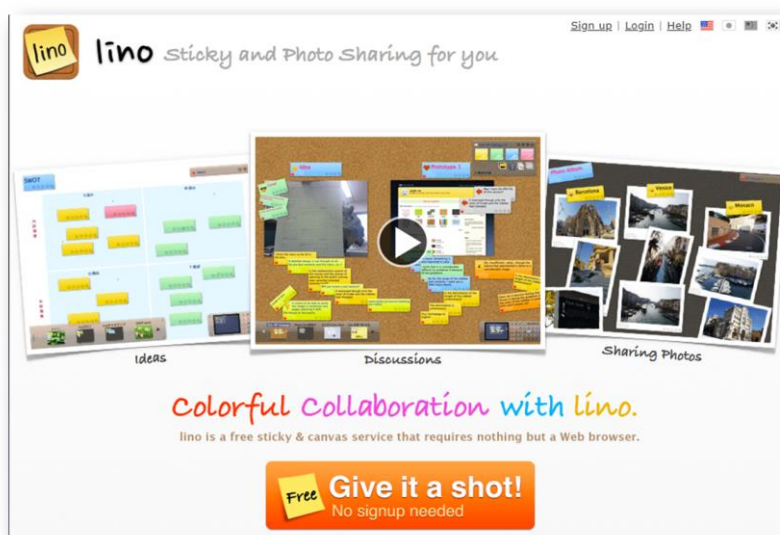
Entendendo essas circunstâncias de início, pensou-se em buscar uma alternativa de atividade didática que auxiliasse o 'possível' futuro professor (ainda estudante) a pensar a educação criticamente, para além da sala de aula, distanciando-se da lógica neoliberal que permeia sutil e silenciosamente crenças e práticas na sociedade e no curso em foco. Era princípio nessa busca que se construísse uma atividade que fosse ao mesmo tempo: inovadora, digital, multipossibilidades, potencialmente lúdica, crítica, coletiva e coparticipante.

De onde partir, levando em conta a forte probabilidade de inexistência de subsunçores nos estudantes, no que se refere a conhecimentos pedagógicos?! Um caminho for buscar alicerces em Freire (2004; 2020) e Saviani (2013; 1986) ... alicerces na pedagogia libertária e histórico-crítica. Em textos mais "palatáveis" e acessíveis ao leigo não afeito à literatura especializada em educação. Mesclando as ideias de Laval (2019) de que a educação não é empresa, para trazer à tona o contraponto à epistemologia neoliberal muito difundida no curso de Contábeis.

Planejando para a segunda unidade a leitura interpretativa da obra *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2004) na íntegra; a opção didática para iniciar o trajeto formativo do componente curricular foi, entre outras ações, partir da conceituação da Educação Emancipadora e sua potencialidade no ensino da Contabilidade. Para isso, a estratégia escolhida foi a construção de um mural coletivo em plataforma digital.

A plataforma escolhida foi o Lino (Vide Ilustração 1) que oferece um serviço gratuito de murais coletivos, muito simples, porém boas com possibilidades educacionais. Ele permite a inserção de *links*, “*post its*” coloridos, *emojis*<sup>v</sup>, arquivos, vídeos, entre outros, fomentando uma divertida criação intertextual repleta de hiperlinks, que podem expandir a discussão de uma temática com aportes de todos os participantes de um grupo.

**Ilustração 1-** Página inicial do portal Lino



**Fonte:** Disponível em: < <https://en.linoit.com/>><sup>vi</sup>

No *Lino* o professor faz um cadastro com seu e-mail, cria um grupo e nele cria um mural (ou vários), no qual é possível personalizar a cor/textura do fundo para receber as postagens de todos. Faz-se um convite, através da plataforma, com os e-mails de todos os alunos, pré-cadastrando-os. Ao aceitarem o convite, eles passam a fazer parte do grupo de pessoas que podem interagir nesse mural.

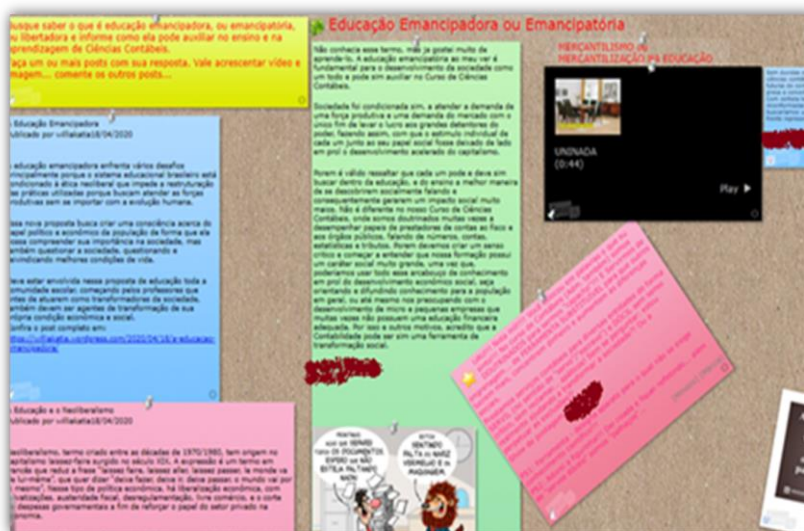
A atividade foi atribuída aos estudantes por meio da plataforma *Google Classroom*. Eles receberam a explicação sobre o que fazer. Juntamente foram enviados: o *link* para o mural e outro link para um tutorial<sup>vii</sup> explicativo de como operar a plataforma, desenvolvido por uma das autoras. De modo a que todos, mesmo os que não fossem familiarizados com a plataforma, pudessem operá-la sem grandes dificuldades.

A busca por familiaridade e detalhamentos é uma preocupação didática do professor. É preciso cercar-se de cuidados para que os alunos tenham

completa compreensão, não só do que é pedido na atividade, mas também que sejam capazes de manipular os dispositivos – especialmente os digitais... principalmente ao viver uma realidade de Ensino Remoto, em que se carece de um momento de proximidade interpessoal para fazer maiores explicações, sanando eventuais dúvidas.

Foi feita uma preparação prévia no mural de modo a incluir um título (Educação Emancipadora ou Emancipatória), duas postagens com textos bem resumidos compilados da internet (portanto, mais palatáveis e menos aprofundados), dois vídeos e uma postagem com a seguinte atividade: “Busque saber o que é educação emancipadora, ou emancipatória, ou libertadora e informe como ela pode auxiliar no ensino e na aprendizagem de Ciências Contábeis. Faça um ou mais posts com sua resposta. Vale acrescentar vídeo e imagem... comente os outros posts...” (Vide Ilustração 2)

Ilustração 2 - Parte 01 do mural construído



Fonte: Print de tela – acervo pessoal (2021).

Para cada postagem discente, com a resposta ao “desafio cognitivo” da atividade (AUSUBEL, 2009), poderiam aparecer novas postagens dos próprios colegas e da professora, gerando assim um debate, aprofundando a questão. As postagens foram criativas, respeitosas e alegres, acabaram revelando que o termo “Educação Emancipadora/ Emancipatória/ Libertária” era desconhecido pelos discentes. Apareceram não só textos/falas discentes, mas também imagens, charges, aforismos, para além dos “emojis” ilustrativos.

Os textos escolhidos para “apresentar” a educação emancipatória e o neoliberalismo na educação (VIRGINIO, 2012) optou-se não pelos textos clássicos de Freire (2020), Saviani (1986; 2013) e Laval (2019), mas sim por compilados da internet, porque são mais simplificados, aprazíveis e elementares para servirem de “organizador prévio” (AUSUBEL, 2009). Os textos originais foram cortados para ganhar ainda mais feições de descomplicação. Vale lembrar que os discentes em questão não têm nenhuma proximidade com textos ligados à Educação; acreditou-se que os clássicos logo de cara talvez não encontrassem ressonância na linguagem dos alunos de outra área do conhecimento.

Uma preocupação foi não fornecer o “conceito” de educação emancipadora ou emancipatória... os textos comentam-na, mas não a conceituam... posto que uma das solicitações do mural é pedir ao aluno que busque saber do que se trata. Ou seja, é uma proposital incitação à pesquisa, à leitura, não diretiva, pois não se indicou nenhum caminho investigativo, na esperança de que os discentes buscassem autônoma e livremente. Acredita-se que a prática pedagógica começa na emancipação de ideias do sujeito que busca sua autonomia embasada em uma epistemologia libertária (FREIRE, 2004).

Pesquisas anteriores (TEIXEIRA, 2014; MINEIRO, 2021) dão conta de que no curso em questão predomina o pensamento neoliberal, de concepções pragmáticas, utilitaristas e pouco críticas a impactos sociais da atuação profissional que terão no futuro e que orbitam em torno de práticas pedagógicas tradicionais e comportamentalistas (MIZUKAMI, 1986). Até mesmo, as ideias sobre ludicidade levantadas no referido se enquadram na *concepção lúdica utilitarista* (MINEIRO, 2021).

O contador tem paulatinamente enfrentado um desvirtuamento da função original da profissão. Deixa de fomentar informações sobre a análise das mutações patrimoniais de uma entidade (seja pessoa física ou jurídica) para que ela mesma possa promover uma autogestão responsável e sustentável para fornecer informações da mesma natureza, ou mesmo apenas de natureza fiscal, para os governos e bancos. Recebendo seus proventos de uma entidade e prestando informações a outras. Em meio a esse desvirtuamento de sua função, enfraquece sua identidade profissional e perde cada vez mais prestígio social. Perceber a quem “serve”, por que o faz, quem realmente ganha, quem realmente perde, são os passos iniciais de uma identificação crítica que chacoalha e propala um novo olhar sobre a Ciência Contábil e seu papel social. Entretanto, não é fácil desconstruir pensamentos arraigados, sutilmente construídos e fortemente

enraizados na própria literatura contábil, no fazer diário, nas normativas internacionais impostas, na linguagem cotidiana... em toda a Cultura Contábil.

É nesse trajeto de desconstrução e ressignificados que a atividade pareceu se erigir. Pelo menos foi o que pôde-se depreender da análise das postagens que estão a seguir, em duas categorias: Educação emancipatória – conceituação e Perspectiva na no Ensino Contábil.

#### *- Educação emancipatória – conceituação*

Os participantes foram unânimes em revelar que não conheciam a terminologia, muito menos seu conceito. "Não conhecia esse termo, mas já gostei muito de aprendê-lo" (ALUNO 1). "[...]um tema que não tinha conhecimento e nunca tinha ouvido falar[...]" (ALUNO 6). Cientistas, alunos de curso superior em universidade pública e que totalmente desconheciam as ideias freirianas, ampliadas por Saviani, conhecidas internacionalmente relativas à Educação... Algo em que eles estão imersos e sequer tinham tido a oportunidade de refletir sobre. É como se uma "novidade" se descortinasse diante dos olhos eles. Eis o poder do conhecimento, abrir olhos e expandir mentes.

Apenas metade dos colaboradores trouxe um conceito – próprio ou indireto – para o termo. Para o Aluno 2, "A educação emancipatória é a que busca promover nos estudantes uma visão crítica e libertadora sobre a realidade." (ALUNO 2). O aluno 4 trouxe um aforismo com um conceito de Paulo Ricardo Zargolin<sup>viii</sup> e apresentou seu entendimento após as leituras e pesquisas que fez, dizendo: "Pelo que entendi, é atribuída uma perspectiva de democracia à Educação e a escola passa a ser um espaço democrático, de modo a contribuir com a formação de uma sociedade mais justa e livre" (ALUNO 4).

Já o Aluno 6 disse que "[...] A educação emancipatória é uma educação em que escolas, estado, professores, poder público, profissionais, administradores e toda a sociedade se empenham em estabelecer uma visão crítica e emancipatória das crianças e jovens, ou seja, a educação emancipatória evidencia a complexidade do processo de ensino, levando em consideração fatores como a realidade dos alunos e o contexto de vida social, cultural e política.[...] contribuir para a formação de cidadãos que utilizem os conhecimentos adquiridos na escola para a compreensão da realidade" (ALUNO 6). Prevaleceram as ideias de que a Educação emancipadora aporta visão crítica, liberdade e compreensão da realidade, princípios basilares dos conceitos Freirianos e Savinianos que permitiram a elaboração da

Figura 1.

Figura 1 - Nuvem de palavras conceitual



Fonte: Elaboração própria, com dados do caso relatado (2021).

O Aluno 6, na construção de seu conceito, trouxe ainda uma referência à questão do conteúdo a ser trabalhado nas instituições de ensino e como ele colabora com o indivíduo. Há que se ressaltar a importância do conteúdo, sim, pois ele é suprimento de superação das opressões, ele não pode faltar, muito menos ser esvaziado, isso seria enfraquecer o aprendizado e não dar condições de igualdade. É compromisso ético e político do professor zelar para que o conteúdo seja bem trabalhado, estruturado progressivamente e em profundidade, para que seu aluno oprimido tenha acesso às mesmas fontes de assunto que os privilegiados (SAVIANI, 1986). Entender isso é fundamental para compreender uma educação emancipadora.

Para além da conceituação, talvez como um elo entre o conceito e a associação com a perspectiva de uma educação emancipadora no ensino da Contabilidade, o aluno 2 trouxe à tona uma questão política subjacente na discussão: o caráter eleitoreiro que impede políticas educacionais transformadoras de se firmarem no cenário brasileiro ao dizer: "O problema é que uma reforma educacional para surtir algum efeito perceptível precisa ser iniciada e continuada por 20 ou 30 anos, e algo dessa magnitude certamente colocaria em risco um sistema político/social opressor" (ALUNO 2). Uma fala



crítica que expõe o caráter cruel da política educacional pública que, para ter efetividade na aprendizagem dos cidadãos e nas superações opressivas, precisam ser políticas de longo prazo, precisam se manter por gerações para dar frutos. Não pode ser medida eleitoreira, porque não funciona a toque de caixa, precisa ser política de Estado (perene) e não de Governo (transitório).

Os discentes nem bem começaram a estudar a Educação Emancipadora e já captaram o poder destruidor que o pensamento crítico e a Educação Emancipadora têm para desestabilizar a vida dos governantes e dos sistemas de exclusão social que tanto ganham forças com as novas técnicas do neoliberalismo, as quais segundo Han (2018, p.26, grifo no original) têm saído do perfil opressivo e punitivo estudado por Foucault para conformar-se em um perfil eficiente sutil e psicológico de dominação invisibilizada “que faz com que as pessoas se submetam ao contexto de dominação *por si mesmas*”. Essa técnica busca ativar, motivar, não obstruir e oprimir”. Nesse diapasão, a Educação carece de uma retomada investigativa e adensadora que acompanhe as transformações no seio do neoliberalismo (como “mutação do capitalismo” (HAN, 2018, p.14), para compreendê-las e estabelecer condições de enfrentamento de suas novas formas de dominação de mentes e corpos.

### *Perspectiva na/no Ensino Contábil*

Para iniciar a análise dessa categoria, optou-se por partir da postagem de uma charge, cujo teor expõe feridas abertas da Contabilidade e sua (des)valorização social. A imagem é de um contador conversando com um preposto governamental com feições de “leão” (representação contumaz do Fisco). O contador apresenta de forma “servil” e “submissa” uma série de relatórios e documentos, perguntando se falta alguma coisa e o preposto governamental (fisco) disse que só ficou faltando a maquiagem e o nariz, fazendo alusão ao papel de palhaço de um profissional que permite perder sua identidade e desvirtuar sua ação profissional.

A postagem da ilustração pareceu “incomodar” (positivamente para a reflexão), pois recebeu comentários de colegas, corroborando o sentimento de que a profissão tem carecido de mais pesquisas e mudanças de postura perante a sociedade. Um dos comentários evocou atitudes práticas de superação dessa postura subserviente apresentando o projeto desenvolvido por um professor do curso que tem tido forte inserção social e tende a ser mais uma semente de esperança. Aliás é de sementes de esperança que essa perspectiva pedagógica

crítica, que ora se descortina junto aos discentes, está transbordando. Passa-se a analisar recortes das postagens sobre os impactos e perspectivas que a Educação Emancipadora pode ter junto ao ensino de Ciências Contábeis – nessa e em gerações vindouras.

Nos trechos que apontavam as perspectivas da Educação Emancipatória para as Ciências Contábeis, as respostas trouxeram quatro vertentes para serem consideradas: As causas para o desconhecimento e a não difusão da Educação Emancipatória nos cursos de Contábeis; As prováveis consequências que sua adoção trariam; razões de importância pelas quais a Educação Emancipatória deveria permear o ensino de Ciências Contábeis e Entraves para sua provável não adoção.

Como causas apresentadas para o desconhecimento e não aplicação da Educação Emancipatória os discentes disseram que são doutrinados para trabalhar sem reflexão crítica, evidenciando que “[...] no nosso Curso de Ciências Contábeis, onde somos doutrinados muitas vezes a desempenhar papéis de prestadores de contas ao fisco e aos órgãos públicos, falando de números, contas, estatísticas e tributos” (ALUNO, 1). Há barreiras impostas pelo neoliberalismo para que ideias de cunho crítico e emancipatórias não se instalem em cursos voltados para “mercado de trabalho”. Isso é corroborado, por exemplo no próprio currículo prescrito do curso que tem parte de seus conteúdos ditados pela Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>x</sup>.

Ainda explicam que, entre as causas prováveis, está o fato do curso se ver preso a conceitos, livros e materiais obsoletos, os quais não permitem o livre pensamento reflexivo e crítico, corroborando a ideia aventada de doutrinação de base concretizada em conteúdos e materiais didáticos. Segundo o Aluno 5, falando da Educação Contábil disse que “[...] hoje a educação ela fica presa a conceitos e até mesmo em livros já ultrapassados” (ALUNO 5).

Os alunos expuseram suas opiniões relativas às consequências que a Educação Emancipatória no curso de Ciências Contábeis teria. Escreveram nas postagens que ela geraria pessoas mais “inconformadas”, menos acomodadas com a situação e o *status quo*. “Com certeza teríamos a condição de ser pessoas mais inconformadas no âmbito das leis contábeis [...]” (ALUNO 5). Com maior expressividade apareceram também as ideias de desenvolvimento social e visão mais ampla da sociedade configurando um “retrato totalmente diferente da sociedade brasileira” (ALUNO 2).

A inclusão e transformação social fomentadas pela mudança de mentalidade – um pensamento mais crítico – advinda dos supostos da Educação Emancipadora propiciariam melhorias na qualidade de vida, o que expandiria benefícios não só para o curso de Ciências Contábeis, mas para a sociedade em geral. “Conseqüentemente, passam a ter um pensamento mais crítico e questionador, com os objetivos de transformação da realidade e busca de melhores condições de vida” (ALUNO, 4). Com “[...]um grande impacto nas gerações futuras de contadores[...].” (ALUNO 5).

Já o Aluno 4, evoca conseqüências de cunho eminentemente pedagógico ao dizer que "A Educação Emancipadora pode colaborar (e muito) com o ensino e a aprendizagem de Ciências Contábeis" (ALUNO 4). Vislumbrando, talvez a colaboração para a aprendizagem e para o ensino que a criticidade traz, posto que põe em evidência os componentes e os processos educacionais, elevando o padrão qualitativo e de significação sociocognitiva que conteúdos e práticas passam a ter, responsabilizações e autonomias ficam mais evidentes e se sobressaem, demandando participação individual e coletiva.

Na vertente das razões de importância pelas quais a Educação Emancipatória deveria permear o ensino de Ciências Contábeis, aparece que a profissão possui caráter social e deve fazer jus a isso; destarte o Aluno 1 advoga que é necessário “[...] começar a entender que nossa formação possui um caráter social muito grande, uma vez que, poderíamos usar todo esse arcabouço de conhecimento em prol do desenvolvimento econômico social [...]” (ALUNO 1). Talvez, a reboque desse reconhecimento do caráter social – mas principalmente pelas exigências que o pensamento crítico impõe – haveria, talvez, um fortalecimento de entidades representativas de classe como defende o Aluno 5, em sua opinião “[...]buscaríamos um fortalecimento nas instituições que estão a frente representando os contadores" (ALUNO 5).

Como última vertente, os discentes mostram sua “não ingenuidade”, ao demonstrar que a Educação Emancipadora encontraria entraves para permear o ensino de Ciências Contábeis, revelada na fala do Aluno 4: “[...]Imagino que não seria algo que o Neoliberalismo aceitaria com facilidade...”. Eis uma exposição de que os discentes, ainda que neófitos nos estudos pedagógicos de cunho crítico e imersos na Cultura Contábil que parece, por vezes, alheada e engeguecida pela doutrinação neoliberal, dão prova de estarem alertas às imposições e estratégias dessa mutação do capital. A qual, buscaria a todo custo, enterrar a adoção da Educação Emancipadora, não a acolhendo no meio contábil para evitar despertamentos, transformações e superações.

Sem dúvidas, incomodaria bastante... gente de poder e entidades odiariam que a classe contábil saísse da espécie de Matrix de cegueira entranhada em conceitos sem reflexão, repetidos a esmo, em livros importados e obsoletos... e assim, as situações excludentes se perpetuam, o desrespeito e desvalorização se agigantam... sem o chacoalhar crítico que, por exemplo, a Educação Emancipadora pode aportar... a tendência é que a situação formativa contábil permaneça como está para sempre.

### Considerações finais

À guisa de arremate apresenta-se que este artigo reuniu, em apertada síntese, fundamentos contextuais e conceituais da profícua literatura de Paulo Freire e Demerval Saviani como lastro teórico para caracterizar histórico culturalmente e sustentar conceitualmente a Educação Emancipadora ou Emancipatória.

Compreendendo que o trabalho desenvolvido junto aos discentes, apesar de simples, elementar e inicial, teve impacto de desvelar consciências e pode render frutos futuros, passa-se a arrematar o presente artigo trazendo um quadro resumo – inspirado em um balancete contábil, porém sob o prisma qualitativo – para cotejar as pretensões e realizações que este relato de caso atingiu.

**Quadro 1** - Balancete investigativo

PRETENDIDO	OBTIDO
	<i>Objetivo Geral</i>
<i>Relatar analiticamente uma prática docente no Ensino Superior cuja temática foi a Educação Emancipadora.</i>	Analisou-se que a prática, embora tenha sido elementar, permitiu desequilíbrios e desafios cognitivos para a aprendizagem significativa dos princípios conceituais da Educação Emancipadora/Emancipatória/Libertária. Promoveu a reflexão crítica dos discentes que conseguiram perceber potencialidades e entraves para o ensino de Ciências Contábeis mediante práticas emancipadoras.
	<i>Objetivos Específicos</i>
<i>Levantar compreensões conceituais sobre a Educação Emancipadora</i>	Poucos alunos ofertaram um conceito internalizado e próprio de Educação Emancipadora, porém dos conceitos aventados foi possível detectar os princípios elementares dos conceitos freirianos e savinianos de que a Educação emancipadora aporta visão crítica, liberdade e compreensão da realidade
<i>Identificar entendimentos da importância e possíveis efeitos da Educação Emancipadora na formação docente inicial de prováveis bacharéis-professores.</i>	Os alunos expuseram ideias causais para o desconhecimento e a não difusão da Educação Emancipatória nos cursos de Contábeis (Doutrinação para trabalhar sem reflexão crítica; Barreiras impostas pelo neoliberalismo; Aprisionamento a conceitos, livros e materiais obsoletos). Depreenderam-se das comunicações discentes vertentes de importância e possíveis efeitos: As prováveis consequências que sua adoção traria (Mais inconformação e menos acomodação; Desenvolvimento e visão mais ampla da sociedade e do senso crítico; Novo cenário para a sociedade brasileira; Inclusão e valorização social; Colaboração para a aprendizagem, o ensino, a transformação social e melhorias da qualidade de vida; e Melhoria nas futuras gerações); razões de importância pelas quais a Educação Emancipatória deveria permear o ensino de Ciências Contábeis (A profissão possui caráter social e deve fazer jus a isso; Fortalecimento de entidades representativas de classe) e Entraves para sua provável não adoção (não seria bem acolhida no meio contábil por imposição do capital).

Fonte: Elaboração própria (2021)

Entendendo-se que o presente relato foi eficaz ao atingir seus objetivos, espera-se que ele possa servir de inspiração para trabalhos de mais fôlego com turmas maiores, com outros dispositivos e plataformas de interação voltadas para a educação e não para o engajamento capitalista. Propugna-se por práticas emancipadoras nos mais diferentes cursos, chegando a mais e mais alunos... Espalhando a semente da criticidade e da superação das opressões.

É preciso plantar sementes...esperançando para não abrir mão de poder concretizar sonhos, em especial o sonho de vencer a ignorância, sair do anoitecer e fazer as vozes amanhecerem!

## Referências

- AUSUBEL, D. P. **Adquisición y retención del conocimiento**: una perspectiva cognitiva. Cognición y desarrollo humano. Paidós: Barcelona, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004.
- COUTO, Mia. **Vozes adormecidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- D'ÁVILA, C. **Decifra-me ou te devorarei**: o que pode o professor fazer ao livro didático? 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2013.
- D'ÁVILA, C. M. Razão e sensibilidade na docência universitária. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 97, p. 103-118, set./dez., 2016.
- D'ÁVILA, C. M.; SONNEVILLE, J. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial. In: VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. (orgs.). **Profissão docente**: Novos sentidos, novas perspectivas. Campinas-SP: Papirus, 2008.
- D'ÁVILA, C. Universidade e formação de professores: qual o peso da formação inicial sobre a construção da identidade profissional docente? In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 219-240.
- FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 73.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GAUTHIER, C. *et al.* **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente.** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

GAYA, Adroaldo Cezar Araújo; GAYA, Anelise Reis. **Relato de Experiência: roteiros para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos de licenciatura.** Curitiba: CRV, 2018.

HAN, Byung Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MINEIRO, Márcia. **O essencial é invisível aos olhos: a concepção dos estudantes sobre a mediação didática lúdica na educação superior.** 2021. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação (Faced), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33486/1/Tese%20-%20Marcia%20Mineiro%2007.05.2021fv.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2021.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior.** 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 1985

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação.** 11. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1986.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez, 1991

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica.** 11 ed.revista. Campinas: Editores Associados, 2013.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos.** Madrid: Ediciones Morata, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, A. C. **A Interdisciplinaridade em Ciências Contábeis: estudo de caso na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em 2014.** Orientador: Márcia Mineiro de Oliveira. 2014. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wp-content/uploads/72-Aline-Cardoso-Teixeira.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VIRGINIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Revista Sociologias**, p. 176-212. Porto Alegre, 2012. Disponível

em <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n29/a08v1429.pdf>) visto em: <  
<https://williakatia.wordpress.com/2020/04/18/a-educacao-emancipadora/>>  
Acesso em 14 ago. 21.

VOLPATO, G. **Profissionais liberais professores: aspectos da docência que se tornam referência na educação superior.** Curitiba: Editora CRV, 2010.

Williakatia. **A educação e o neoliberalismo.** Disponível em: <  
<https://williakatia.wordpress.com/2020/04/18/a-educacao-e-o-neoliberalismo/>>. Acesso em 14 ago. 21

---

#### Notas:

<sup>i</sup> A instituição contratou o pacote de aplicativos da plataforma *Google for Education*, dispondo aos alunos e *professores e-mails* e senhas institucionais, as quais passam a ser, por direito consuetudinário, a assinatura eletrônica para os efeitos acadêmicos.

<sup>ii</sup> Essa categoria se refere aos professores cuja formação em Ensino Superior é um bacharelado, ou seja, um curso voltado para formar profissionais liberais e não professores, como ocorrem nos cursos de licenciatura.

<sup>iii</sup> Diz-se do curso dedicado ao trabalho liberal – no caso do curso em tela neste relato de experiência, “liberal” e “neoliberal” são também as raízes epistemológicas do currículo, das crenças, dos assuntos, dos objetivos e das práticas pedagógicas.

<sup>iv</sup> Diz-se do curso dedicado à docência.

<sup>v</sup> Carinhas e ícones.

<sup>vi</sup> Acesso em: 14 ago. 2121.

<sup>vii</sup> Tutorial para alun@s: "Lino" (pelo computador). Disponível em: <<https://youtu.be/SSBscr6yChE>>. Acesso em 14 ago. 2021.

<sup>viii</sup> "A educação emancipadora é um espaço social para a valorização cultural e, dessa forma, deve propiciar oportunidades educacionais para o encontro de diferentes saberes" (ZARGOLIN *apud* ALUNO 4, 2021).

<sup>ix</sup> O mesmo autor explica que o indivíduo vem sendo medido por seu desempenho e engajamento, ele “se julga livre”, mas “é na realidade um servo: é um *servo absoluto*, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2018, p.10, grifo no original).

<sup>x</sup> “Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela *Organização Mundial do Comércio* e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil *definido* para o formando [...]” (BRASIL, 2004). Trecho da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n. 10, de 16 de dezembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências). Destaques nossos... A Organização Mundial do Comércio “exige” conteúdos e “define” o perfil... Muito poder e muito controle, não?!

Recebido em setembro de 2021

Aceito para publicação em setembro de 2021